

Público

13-02-2020

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 31885

Temática: Justiça

Dimensão: 251 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 23

UE não devia tolerar “dinheiro sujo”

Luanda Leaks

Sofia Neves, em Estrasburgo

Comissária Helena Dalli destacou que o *Luanda Leaks* revelou um problema de falta de aplicação das regras já existentes

A Comissão Europeia (CE) afirmou esta quarta-feira que a União Europeia deveria ter tolerância zero com “dinheiro sujo” e que está pronta para apertar as regras no que toca à fiscalização de casos de branqueamento de capitais. Estas afirmações são a primeira reacção da Comissão após revelações de esquemas financeiros da empresária angolana Isabel dos Santos, no caso *Luanda Leaks*.

A comissária europeia para a Igualdade, Helena Dalli, que falou em nome do executivo comunitário num debate na sessão plenária do Parlamento Europeu, garantiu que a CE está disposta a aplicar todas as ferramentas à sua disposição e reforçá-las, se necessário. “Precisamos de adoptar um novo plano de acção de combate à lavagem de dinheiro para assegurar um melhor cumprimento das regras”, referiu a responsável.

A comissária afirmou ainda que é necessário assegurar a integridade do sistema financeiro europeu e sublinhou que este não pode ser um problema de apenas um país. “Há uma necessidade de garantir a protecção de privacidade e a segurança de dados por um lado, e uma maior transparência nas actividades financeiras e económicas, por outro”, reiterou.

As regras mais recentes de combate ao branqueamento de capitais e crimes fiscais da UE, que datam de 2018, vieram reforçar as obrigações de vigilância dos bancos, consultores fiscais, auditores, advogados, entre outros, sobre as transacções suspeitas dos seus clientes. Estas leis comunitárias vieram também clarificar que as regras se aplicam às “pessoas politicamente expostas”, isto é, indivíduos que, pelo facto de exercerem ou terem exercido funções públicas importantes, podem representar um risco mais elevado de corrupção.

sofia.neves@publico.pt

O PÚBLICO viajou a convite do Parlamento Europeu